

Construindo Memórias de Outros Lugares: Heterotopia trans ou Travestitopia na ocupação TRANSmoras na Unicamp

• Antonia do Nascimento Moreira

RESUMO

O artigo aborda desdobramentos de ocupações artísticas trans, focando no Ateliê TRANSmoras (ATM). O objetivo é explorar como esse espaço, criado por artistas trans, funciona como uma heterotopia, desafiando normas de gênero e criando formas de existência e produção cultural. O ATM surgiu em 2013 na Moradia Estudantil da Unicamp, inicialmente como uma ocupação popular, funcionando como espaço de acolhimento e moradia para pessoas trans e marginalizadas. Com o tempo, transformou-se em um coletivo artístico, promovendo a produção cultural e a geração de renda para suas integrantes. O artigo utiliza a teoria das heterotopias de Michel Foucault e faz uma síntese da história do Movimento de Travestis e Transexuais, traçando paralelos com a própria história do ATM. O coletivo enfrentou desafios institucionais, especialmente durante a pandemia, mas conseguiu estabelecer um diálogo com a Unicamp, promovendo contranarrativas e ganhando reconhecimento pelo impacto de seu trabalho. Hoje, o ATM colabora com a universidade em projetos de direitos humanos, pesquisa, extensão e permanência para pessoas trans.

Palavras-chave

Ocupações trans; Heterotopias; Transmutação têxtil; Inclusão universitária.

BUILDING MEMORIES OF OTHER THINGS: TRANS HETEROTOPIA OR TRAVESTITOPIA IN TRANSMORAS OCCUPATION AT UNICAMP

ABSTRACT

This article addresses the consequences of trans artistic occupations, focusing on the Ateliê TRANSmoras (ATM). The aim is to explore how this space, created by trans artists, functions as a heterotopia, challenging gender norms and creating new forms of existence and cultural production. ATM emerged in 2013 at the Unicamp Student Housing, initially as a popular occupation, serving as a shelter and residence for trans and marginalized people. Over time, it transformed into an artistic collective, promoting cultural production and income generation for its members. The article uses Michel Foucault's theory of heterotopias and summarizes the history of the Travesti and Transsexual Movement, drawing parallels with the history of the ATM itself. The collective faced institutional challenges, especially during the pandemic, but managed to establish a dialogue with Unicamp, promoting counter-narratives and gaining recognition for the impact of its work. Today, ATM collaborates with the university on human rights projects, research, extension, and permanence for trans people.

Keywords

Trans occupations; Heterotopias; Textile transmutation; University inclusion

Introdução

O Ateliê TRANSmoras é certamente muitas coisas, e para falar dele quase sempre se prefere começar com sua história de nascimento como uma ocupação no ano de 2013. Exatamente em uma sala de estudos na Moradia Estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). À época, Vicenta Perrotta, estilista trans, ativista e intelectual, nascida em Campinas, recebeu a chave de Rafael Cavallieri, artista formado pela Unicamp, que junto de Vicenta e outros artistas, realizavam uma reativação dos dois Ateliês que se encontram frente a frente, em prédios diferentes, entre os blocos G-H da moradia dessa universidade de ponta do interior paulista. Com o tempo, o Ateliê da Moras ocupado por Vicenta transicionou, como reza a lenda do nome do ateliê, e assim transformou-se em Ateliê TRANSmoras (ATM, para os íntimos, e para fins de abreviação neste trabalho), com o TRANS em maiúsculo, como se para gritar e reafirmar o caráter transgressor daquela atitude.

O trabalho inicial no ateliê liderado por Vicenta tomou outros contornos, independentes em relação a reativação iniciada por Rafael e outros alunos. Dali em diante, o espaço se tornou uma ocupação, surfando em uma convivência institucional tática de anos complexos na universidade pública, entre a queda da única presidenta do país e a entrada de políticas neoliberais extremas. As universidades foram amplamente atacadas, e nesse momento de crise, outras formas de agrupamento surgiram no âmbito acadêmico e, no caso do ATM, num compromisso real com o alcance externo e a integração da universidade com pessoas de fora de seus muros. Vicenta e a maioria das principais integrantes desse coletivo nunca foram alunas da Unicamp. À princípio, o espaço foi um ponto de costura de Vicenta e sua moda, e posteriormente, recebeu pessoas para moradia, tendo uma ou duas residentes fixas por aproximadamente 10 anos. Foi ponto de acolhimento temporário para dezenas de manas, artistas, putas trabalhadoras, estudantes, fodidas e mal pagas, expulsas de casa ou só na fissura de sair de seus ciclos doentios da capital, logo ali no interior, num espaço de não mais de 45 metros quadrados, com uma bela varanda e vista para um terreno enorme e verde, com árvores e casas ao fundo.

Depois de alguns anos atuando como estilista, e tendo produções comercializadas em feiras como a Mercado Mundo Mix, Vicenta inaugurou em 2017 a fase ‘coletivo’ do ATM, enfatizando seu aspecto ligado à moda e às artes. Uma grande influência nesse momento foi a chegada de Rafaela Kennedy, fotógrafa, amazônida de Manaus, que há pouco havia migrado para o interior paulista, e parara ali, em Campinas. Rafaela foi atuante no registro visual da luta por cotas raciais na Unicamp (KENNEDY; RIBEIRO, 2022), iniciando uma ligação do ATM com movimentos por políticas universitárias afirmativas, à exemplo da influência na criação do Núcleo de Consciência Trans (NCT), anos mais tarde em 2022, coletivo que mobiliza pelas cotas de admissão para pessoas trans na graduação.



Nesse coletivo ATM, as pessoas se encontravam com o propósito de ressignificar as normas vigentes, transgredir padrões de gênero e, de quebra, vender algumas oficinas de costura e rodas de conversa nas unidades do Sesc São Paulo em troca de uma centena de reais. Naquele contexto, a Teoria Queer era emergente, e esses conhecimentos oxigenavam a pauta ativista e artística próxima da academia da época. Esse momento foi a semente do ATM como uma “fábrica de travestis”, como costume dizer, e como um espaço de luta e geração de autonomia intelectual e financeira para as envolvidas. A primeira por posicionar o lugar não só como um espaço de acolhimento temporário, mas de produção de cultura, compartilhamento de saberes e criação de narrativas. Isso por si só já é bastante poderoso para processos identitários emergentes, como a autoidentificação enquanto uma pessoa não-binária, trans ou intersexo. A segunda, pois transformando as capacidades técnicas (em costura) e intelectuais (estudos da sexualidade e de gênero) em produtos para o capitalismo, era possível começar a sonhar em viver do que se fazia.

Eu entrei no ATM nessa fase coletivo, em meados de 2018, logo após a conclusão do meu curso em Publicidade e Propaganda na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), instituição privada, católica e confessional, que por meio de uma bolsa de estudos federal me permitiu adentrar suas premissas como aluna, sem nunca me deixar esquecer das minhas origens pobres e me fazendo reconhecer, por seu racismo tão declarado, em minha negritude. Após a conclusão do curso, me engajei em ter experiências profissionais, uma vez que a indústria de comunicação me excluía. Foi aí que entrou o ATM na minha vida, combinando uma necessidade profissional e pessoal, ao passo que me desenvolvi enquanto publicitária/comunicóloga, criando posicionamento, discurso e estratégias para o coletivo criar e alcançar mais pessoas, e como travesti, pois com elas foi como me olhar no espelho e realmente me ver pela primeira vez. Ali, eu pude nomear desconfortos que eu sabia que existiam, mas não podia expressá-los pela linguagem. Já na faculdade eu experimentava, quando podia, escapar ao gênero masculino, seja por saias, perucas ou sutiãs, sobretudo em momentos festivos, como festas, eventos ou no carnaval. Mas foi somente quando conheci o ATM que possibilitei transformar meu corpo, meu nome e tudo a minha volta. Começava ali, já no primeiro dia que as conheci, meu processo de transição – que nunca acabou, e provavelmente nunca acabará. Da mesma forma, diversas outras pessoas que passavam por aquele espaço também começavam a ter linguagem e referências para se nomear e reconhecer, embora nem todas – a minoria na verdade – ficava para colaborar com a construção a longo-prazo do coletivo, assim como eu fiz.

Esse espaço pode ser entendido de diversas formas, mas em todas elas precisa ficar claro o caráter único de se criar uma ocupação no seio de uma universidade pública, com pessoas não universitárias, produzindo conhecimentos marginais, precários, da rua, logo ali no centro do



conhecimento acadêmico-científico tradicional. Conhecimento este muito próximo da minha própria vida, e por isso este artigo é escrito em primeira pessoa, pois não posso manter uma falsa pretensão de neutralidade quando este tema e os assuntos a ele correlacionados estão intrinsecamente ligados a mim. Sendo assim, estou implicada como ativista/pessoa e agora como pesquisadora, construindo um conhecimento situado (HARAWAY, 1992, p. 22), onde não tenho medo da minha aproximação com uma experiência singular como esta. O conhecimento produzido no ATM vai muito além de processos identitários, embora estes sejam importantes. São práticas artísticas que nascem da moda, a raiz do trabalho de Vicenta, que questionam as formas de estar no mundo, produzindo e consumindo. O trabalho de Vicenta começou com joias a base de frutos e sementes secas.

Não somos as mesmas pessoas, e os retalhos me proporcionaram perceber como são construídas as corpos e suas subjetividades, observando que não somos seres homogêneos como o capitalismo nos coloca, e, sim, indivíduos formados por partes, elementos diferentes. Na busca de construção de minha identidade enquanto artista independente, e nessa busca de trabalho que não seja genocida, do indivíduo e do coletivo, tive contato com comunidades e coletivos de pessoas ditas corpos dissidentes que me acolheram e me proporcionaram uma outra visão, a de que existem outras possibilidades de vida e existência. (Vicenta Perrotta em entrevista a Jurandy Valença, 2021).

Posteriormente, a artista desenvolveu *upcycling*, que é o ato de pegar materiais descartados e dar uma nova vida a eles. Ela o fez principalmente com materiais têxteis, criando novas vestimentas. Avançando em sua pesquisa, desenvolveu a transmutação têxtil, tecnologia social de uso do que é considerado lixo como matéria prima. A transmutação têxtil se opõe ao *upcycling*, pois este último – um anglicismo – não dá conta de uma produção travesti *sudaca*¹ (AMORIM, 2017), que usa materiais descartados não só para dar uma nova vida a um material não circular perpetrado por uma indústria nociva, mas sim para produzir vida a quem costura, formas de renda, e usando da moda, do têxtil, para questionar padrões de gênero, lugares dados – a noção de que é possível “jogar fora” dentro do nosso sistema chamado Terra – e, até mesmo, padrões do que é considerado esteticamente agradável ou não.

A proposta de Vicenta Perrotta perpassa a ressignificação do conceito de *upcycling* ao criar a partir daquilo que já existe enquanto matéria, flertando com a precariedade e a desconstrução, denominado por ela como “transmutação têxtil”. Transitando por espaços coletivos, a artista reitera a ideia de colaboração e coletividade em suas criações, atravessadas pela potência existente nas vivências de cada pessoa que se encontra em parceria (EPAMINONDAS; JUNIOR, 2023, p. 12).

¹ Como utilizado por Suzy Shock. “Susy Shock é uma artista de nacionalidade argentina que se autodefine como artista trans trava sudaca: os primeiros adjetivos correspondem a sua identidade travesti e o último é uma palavra da língua espanhola que, por muito tempo, foi usada de maneira pejorativa por nativos da Espanha para se referir à população sul americana”. (Amorim, 2017, p. 90).

Figura 1



Vicenta Perrotta e sua transmutação têxtil. Foto de Rafaela Kennedy (2019).

O compromisso da escola feita por Vicenta no Ateliê TRANSMoras é com a criação de outros lugares, com a vida, labirintos dentro desse CISTema. Menos preocupadas em desconstruir, e sim em criar. A partir de 2019, o coletivo se prepara para transmutar-se novamente, muito em influência no contato com outras organizações já formalizadas do movimento LGBTIA+ nacionais e internacionais. Começa-se a pensar no processo de formalização jurídica, que inscreve o ATM dentro dos marcos do Terceiro Setor como uma associação sem fins lucrativos. Encerra-se a fase informal, e inaugura-se uma versão aberta a dialogar até mesmo com a instituição que a perseguia e considerava o coletivo uma ocupação irregular de risco à universidade.

Conexões com o Movimento de Travestis e Transexuais

O contexto histórico é extremamente relevante para entender a ocupação ATM e seus desdobramentos na universidade pública. Um caminho possível para essa análise é por meio da história do movimento social de pessoas trans e travestis, especialmente o de travestis e mulheres transexuais. Na obra "Pedagogias da Travestilidade", Maria Clara Araújo dos Passos (2022), escritora, pedagoga e travesti negra, discute a trajetória do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil, destacando a práxis político-pedagógica que moldou um ativismo resiliente e autônomo. Para a

autora, o ativismo travesti e transexual no Brasil é marcado por sua atuação coletiva e indagações às instituições, oferecendo caminhos críticos-reflexivos para a educação. Como movimento, funcionaria num “emaranhado” ou “teias”, enfatizando seu caráter em múltiplas camadas e laços:

As teias do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil se constituíram nacionalmente a partir da revisão e da deliberação dos interesses coletivos das travestis organizadas através de um espaço público. A experiência do I encontro [*Entlaid*] impulsionou outras travestis a também se organizarem em movimentos ou ONGS em seu respectivo estado. (PASSOS, 2022, p. 65). – Grifos meus.

Como apontado pela citação, o movimento passou a organizar-se e constituir uma agenda política, formando novas sujeitas sociopolíticas (PASSOS, 2022, p. 74). Destaca-se, entre as ativistas, Jovanna Cardoso, fundadora da primeira organização registrada de pessoas trans e travestis, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) em 1992 (PASSOS, 2022, p. 62), bem como Keila Simpson, hoje ex-presidenta da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), (HABIB, 2021). Entre as conquistas, devemos citar o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde em 2008 (SANTOS, 2021, p. 5) e, mais recentemente, o direito ao reconhecimento legal de gênero, decisão do Supremo Tribunal Federal de 2018, que permite a pessoas trans e travestis alterarem seu nome e gênero de registro na certidão de nascimento e em documentos oficiais (CONJUR, 2018).

O Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil é marcado por essa relação com o Estado brasileiro, mas não que essa interação não tenha passado por transformações significativas ao longo de mais de três décadas de atuação. Segundo Tiago Coacci (2018), em seu trabalho de historiografia sobre o movimento, podemos identificar o início, o auge e o declínio da aproximação e relações com o Estado brasileiro, bem como outras características, a partir de uma análise por ondas históricas do movimento, categorização historiográfica comum, que no geral utiliza-se da ordem cronológica e uma simplificação conceitual para demarcar períodos históricos.

Em sua primeira onda, entre os anos 1990 e os anos 2000, houve o surgimento das primeiras organizações e grupos locais, influenciados pela epidemia do HIV-Aids, que foi alvo de investimentos na saúde e, por meio de projetos, financiou diversas iniciativas voltadas à ISTs e ao HIV/Aids promovidas por esses grupos (COACCI, 2018, p. 125). Depois, em sua segunda onda, entre os anos 2000 e 2010, em governos democráticos mais abertos à pauta LGBTIA+, notadamente, os de Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento pôde experimentar um diálogo direto com o governo. Nesse momento, o ativismo trans consegue mais espaços em outras pautas como Direitos Humanos e Educação, e o modelo de organizações da sociedade civil formais se consolida, embora as formas de organização comecem a se pulverizar. Por sua vez, a terceira onda, iniciada nos anos 2010, tem uma influência das negociações com bancadas conservadoras na Câmara no governo de estreia de Dilma

Rouseff, e posteriormente o comando da nação por dois governantes contrários a políticas LGBTIA+, o que ocasionou um afastamento do Movimento de Travestis e Transexuais do Estado. Em paralelo, atritos políticos levavam o Movimento de Travestis e Transexuais a uma ruptura com o movimento LGB mais amplo. Nesta terceira onda, o ativismo que emerge é mais refratário aos formatos de Organização da Sociedade Civil (OSCs), ou as populares ONGs (Organizações Não Governamentais), com estatuto, regimentos e CNPJ próprios. Formas mais flexíveis, como os coletivos, e redes formadas na internet ganham proeminência e a principal forma de organização (COACCI, 2018, p. 126).

Nessa história, tensionamentos acontecem entre as gerações mais velhas e as mais novas, que passavam a reivindicar coisas que podiam até mesmo serem consideradas contraditórias à pauta das mais velhas, como o apelo das gerações mais novas pela despatologização da transexualidade, algo que poderia comprometer avanços importante de saúde conquistados pelas primeiras gerações. E a partir dos anos 2020? Poderíamos dizer que demos início a um novo modelo de organização trans? O Ateliê TRANSmoras, e sua trajetória como ocupação popular trans, em coletivo e baseado nas artes, um devir da terceira onda do Movimento de Travestis e Transexuais como identificado por Tiago Coacci, mas também, hoje, aproveitando-se dos conhecimentos das mais velhas, tornando-se OSC, negociando com uma universidade, propondo modelos de gestão, enfim, se aproximando do que é destaque das primeiras ondas. Seria esse um começo de uma quarta onda que assimila o que dá certo em cada uma dessas ondas? Essa seria uma heterotopia em transformação, diluída no tempo transformando uma ocupação em outra coisa, outro lugar? Para isso, podemos entender mais a fundo o conceito de heterotopia, e como ele possibilita uma análise desse contexto.

Travestitopia: outros lugares de existência

Michel Foucault (1926-1984) definiu as heterotopias em uma conferência urbanista que participou em 1967. Suas ideias, porém, só foram publicadas e circularam de fora do círculo do grupo que o chamou em 1984, com a publicação de “Outros Lugares”. Para ele, podemos definir as heterotopias como "lugares reais, lugares efetivos, lugares que estão desenhados na própria instituição da sociedade, que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas" (FOUCAULT, 1984, p. 415). Como Foucault argumenta, "as heterotopias têm a capacidade de justapor em um único lugar vários espaços, vários locais que são em si mesmos incompatíveis" (FOUCAULT, 1984, p. 418).

As ideias do filósofo francês influenciaram profundamente diversos campos do conhecimento,



sobretudo as artes nas últimas décadas. Segundo o professor Ricardo Nascimento Fabbrini, em painel ao Sesc São Paulo (FABBRINI, 2017), as artes, a partir dos anos 1990, se debruçaram em uma “alteridade estética” onde, diferentemente da vanguarda artística (da histórica dos anos 1910 aos 1930, e da tardia nos anos 1970), não propunham mais uma utopia totalizante, baseada nos princípios da modernidade, onde a arte seria um veículo produtor de futuros, pelo contrário, passaram a propor uma arte como um experimento de habitação do mundo de outros modos. Assim, a ideia da heterotopia apresentada por Foucault se coloca como um instrumento analítico para pensar lugares que engendram outros modos de vida – nem bons nem ruins, por essência, mas reais, ressignificados e refuncionalizados, escamoteados das normas padrões. Sem a linearidade de estarmos construindo uma utopia em um “futuro melhor”, um lugar futuro que ainda não existe e precisa ser construído. A heterotopia não é o impossível num lugar outro, é o possível num lugar real, uma ação marginal de reserva da imaginação (FOUCAULT, 2013, p. 30).

E o que compõe esses espaços, segundo o filósofo? São cinco princípios: todas as sociedades constituem suas próprias utopias; ao longo da história, heterotopias podem ser diluídas, descontinuadas e reformuladas; as heterotopias justapõem em um lugar real vários espaços que deveriam ser incompatíveis; são ligadas a recortes singulares do tempo; possuem sempre um sistema de abertura e fechamento próprios. Esses espaços outros são lugares de experimentação daquilo ainda não imaginado. No campo das artes, então, podem contribuir com uma percepção da arte não como um fazer inerentemente revolucionário e criador de alternativas; mas sim um campo das tentativas, onde se pode criar aquilo que ainda nem temos palavras para se falar sobre. No ATM, a heterotopia se materializa em uma cultura marginal, a trans e travesti, uma sociedade própria, com sua língua e códigos. O ATM foi criado em um dado contexto histórico onde sua existência se fazia necessária, e está imbricado numa encruzilhada – real e fictícia – onde se justapõe um mundo altamente elitizado (a Universidade, Barão Geraldo onde se encontra o campus da Unicamp, etc.) – e, ao mesmo tempo, marginal, ocupado por bichas, travestis e trans masculinos indesejáveis, que fracassaram em suas tentativas de seguir a norma cisgênera que exclui determinados corpos dos espaços (VERGUEIRO, 2015, p. 42).

Coabitam ali conhecimentos precários (COACCI, 2018, p. 25), das esquinas, e teorias queer e *kuir sudacas*. O mais importante, talvez, seja o ritual de abertura e fechamento dessa heterotopia. Não se engane que para adentrar o ATM seja necessária uma senha, ou apenas entrar naquele ateliê. As chaves são guardadas entre *pajubás* e copos de cerveja. Entrar no ateliê é um processo de autodescoberta. Me lembro quando conheci Rafaela pela primeira vez, e como ela me levou a conhecer Vicenta Perrotta, que de peruca loura causava na Avenida Santa Isabel, em frente a moradia da Unicamp. Naquele tempo eu já sabia que não era um homem gay, mas ainda não tinha palavras

para me definir. Quando vi tantas travestis e não binárias, umas com peito outras sem, vi que existiam mais de uma forma de ser trans, e que algumas daquelas formas eram mais próximas do que eu vivia e do que eu poderia viver naquele momento. Ali, um portal se abriu e eu comecei uma passagem até me tornar quem sou.

O ATM é uma heterotopia entre paredes, mas que para sua completa abertura é necessária uma imersão externa, fora, nas ruas, para então, assim, você fazer parte desse outro lugar. As travestis já se movimentam assim há décadas, sejam em praças ou nos pensionatos. A criação de lugares únicos, outros lugares, é inerente a um grupo social que por muito tempo viveu nas noites, fora do olhar direto da sociedade, embora quem quisesse, sempre soubera onde nos encontrar. Eu fui muito *romântica* escrevendo sobre o ATM no começo, apaixonada pelo processo em que eu mergulhei, subjetivo, reflexivo e afetivo. Foi com esse coletivo que também me transformei em quem sou hoje. Hoje, menos romantizada, e mais crítica, reflito sobre as táticas empregadas por esse coletivo para ocupar e resistir em um espaço público, ao ponto de, em 2024, realizar um projeto junto da Reitoria, e ter aprovado um novo espaço e projeto com alunos bolsistas. A trajetória, certamente, não foi fácil. Se por anos fomos ignoradas nas premissas da Moradia, com um ou outro segurança nos perseguindo aqui e acolá, durante a pandemia a perseguição se tornou mais intensa. Não entendíamos o porquê, mas sabíamos que nos aproximávamos de um momento de ruptura, sobretudo pela relação ruim com a administradora da Moradia na época, um algoz declarado.

Residem aqui caminhos para decolonizar a universidade?

Em 2022, demos início a um processo de mediação de conflitos, estabelecido pela Unicamp em sua Câmara de Mediação. Nessa oportunidade, pudemos promover contranarrativas e mostrar à universidade o nosso trabalho, na presença de órgãos internos como a Diretoria Executiva de Direitos Humanos, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Secretaria de Vivência nos Campi e outras. Hoje, a Unicamp é a primeira universidade estadual paulista a estudar as cotas de admissão para pessoas trans na graduação, e algumas das alunas trans que lutam por isso foram apoiadas por nós a entrar na universidade.

“Eu quem criou o grupo [do NCT], no dia 10 de fevereiro de 2022, ele surgiu depois da pandemia na reunião, nesse domingo à noite, presentes eu, Luara, Paris e Vicenta. No dia seguinte, a gente adicionou a Rafa Kennedy [...] e aí, surgiu a partir do sonho mesmo que a gente sempre conversava na Moradia Estudantil que a gente precisava de um grupo com o nome de pessoas trans que pensasse política para pessoas trans dentro da Universidade. O Ateliê já existia, mas ele atuava em diversas frentes e precisava de uma frente voltada para a universidade. E daí nisso surge o nosso sonho de lutar pelas cotas, pensando que dentro da universidade seria nossa principal luta mesmo. E quando nos reunimos nessa noite não

esperávamos o que está acontecendo aqui hoje. É muito emocionante, porque desde que se reuniu esse grupo pessoas, essas 4 travas, eu pelo menos tava em início de transição, transicionei na moradia. Carinhosamente chamo a Vicenta de mãe, a Rafa de irmã, a Antonia de irmã. Foi ali onde eu nasci.”

Nathí Cordeiro da Silva, aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo e co-fundadora do NCT em depoimento na Audiência Pública sobre as cotas trans na Unicamp (Unicamp, 2024).

O NCT merece uma pesquisa à parte, mas é importante salientar que a co-fundação se deu com a presença de Vicenta e de outras alunas da Unicamp, duas delas, Luara e Paris, apoiadas pelo ATM a adentrarem a Universidade, e integrantes do coletivo àquela altura. Dada a estrutura da universidade pública, que prioriza a relação com sua comunidade formal (aqueles que possuem um registro acadêmico), era necessário adentrar o espaço da universidade para mobilizar políticas afirmativas de dentro. O ATM, como ocupação popular, repleta de integrantes da sociedade civil, mas sem RA's, não poderia encabeçar essa frente. Assim, o NCT mobilizou novos estudantes trans nos anos posteriores a sua fundação em 2022. Muitas vezes, o espaço do ATM na moradia abrigou reuniões, uma conexão que permitiu alguma abertura do movimento estudantil universitário à realidade de travestis e pessoas trans residentes no município, mas sem ligação direta com a Unicamp. O espaço também foi importante na construção de um lastro histórico do movimento trans na universidade, onde o NCT se reconhecia dentro de uma jornada. Atualmente, a luta pelas cotas está em fase de espera de votação no Conselho Universitário (Consu), prevista para março de 2025, após a recomendação do grupo de trabalho responsável por estudar e propor uma política.

Se pensarmos de outra forma, a presença do ATM e suas membras na universidade de forma “irregular”, e o apoio à postulantes trans a entrarem na graduação ainda sem cotas (seja incentivando os estudos em cursinho ou oferecendo oportunidades de renda para que a pessoa se dedicasse aos estudos), foram componentes de uma estratégia de entrada pela porta da frente, mas de forma sorrateira e altamente contagiante. Quem tem medo de travestis acadêmicas?

As universidades latino-americanas são amplamente coniventes – e atuantes – no processo da colonialidade do saber desempenhando um papel de sustentar o projeto nórdico de conhecimento (WALSH, 2001, p. 65). Sendo assim, seriam incapazes de formular o futuro, de vislumbrá-lo (STENGGEN, 2019, p. 3). Como quebrar o paradigma colonial promovidos pelas instituições de ensino e pesquisas latino-americanas? Como a ocupação de um espaço nas premissas de uma universidade pública, feita por grupos à margem da sociedade, pode apresentar caminhos para uma universidade que trabalha sob novos valores, e não os valores empregados pela modernidade que nunca se concretizaram plenamente? Como construir uma universidade plural, diversa e que reconheça a ancestralidade, a intuição, os sentimentos, como caminhos para o conhecimento também? Uma universidade que comporte uma abertura ao outro, e que não funcione como uma raiz única, que mata

os conhecimentos a sua volta? (GLISSANT, 2005, p. 28).

E a partir do momento que o ATM, ou qualquer outra iniciativa surgida as margens, adentra as estruturas daquelas instituições que queriam eliminá-las, surgem novas perguntas que este artigo não pretende responder, pois as respostas estão sendo formuladas a cada nova interação, neste exato momento. Como manter-se autônomo, como é marcado o Movimento de Travestis e Transexuais? Como ser perene e um legado, assim como são hoje as casas de acolhimento que surgiram durante a epidemia de HIV-Aids na mão de uma travesti chamada Brenda Lee? A heterotopia já está em transformação. Parte da negociação com a Unicamp envolvia a desocupação do ateliê enquanto moradia, tornando-se “apenas” um espaço cultural, de pesquisa, memória etc. Em construção...

O que um grupo que utiliza das artes e está na academia pode produzir de relevante para um grupo social que quiçá pode ser chamado de comunidade, com todas as suas diferenças, contradições e problemáticas? Como iniciativas independentes e à margem como essa podem ser integradas como políticas públicas sem perder seu caráter transgressor? Isso seria possível, ou esta heterotopia está fadada a ser diluída em relação a como começou?

Abrindo conversas: notas finais do artigo

Certamente, é impossível esgotar a questão dos desdobramentos de ocupações de pessoas trans no espaço público, mesmo dentro desse recorte na Unicamp, somente com este artigo. Novas questões se colocam e merecem a atenção de futuros e futuras pesquisadores e pesquisadoras. Contudo, algo é realmente relevante: as ocupações trans transformam o ambiente a sua volta. O impacto da presença existe, e novas perguntas e problemas são colocados quando estamos nos espaços.

Se o ATM é uma heterotopia em franca transformação, é verdade também que a partir delas novas heterotopias surgem: novos coletivos, coalizações, espaços criativos e contra hegemônicos. Sendo assim, se porta não como um fim em si mesmo, mas um portal. Isso não é exclusivo das novas gerações. Se estamos formando uma quarta onda ou não do Movimento de Travestis e Transexuais este artigo não o declara, mas faz seu prenuncio. As conexões entre passado e presente existem, e que as formas de organização ao invés de serem excludentes – ou uma ou outra – demonstram-se complementares, de acordo com táticas, estratégias e objetivos diferentes. Ou seja, existe um acúmulo histórico que se desdobra geração após geração. Uma memória em constante construção.

Para essa conclusão, mais do que um conjunto de léxicos a resumir tudo o que foi dito, apresento um monólogo escrito com base nos arquivos de Keila Simpson, especificamente, seu filme

“Atentado Violento ao Pudor” com direção de Gilson Goulart e Keila Simpson (2017), e sua entrevista oral ao Museu de História e Arte Transgênero (HABIB, 2021). Nos relatos, Simpson, uma travesti que já compõe a ancestralidade do movimento de Travestis e Transsexuais brasileiro, conta de um espaço público que transformou sua vida. Se você apenas ouvir a entrevista ao MUTHA, ou assistir ao documentário, a história não estará completa. É no texto abaixo que podemos pegar dois lados de uma mesma história, transcritos por mim. A intenção aqui é, por meio da literatura, mostrar como os espaços heterotópicos vem sendo construído por gerações, algo que aproxima seja as integrantes da primeira, segunda, terceira, ou até mesmo da possível quarta onda do movimento de travestis e transexuais, e para além deste, todas as nossas que compõem a dissidência sexual e de gênero. Espaços únicos que criamos para construir outras realidades, mesmo que momentâneas, efêmeras e precárias. Apesar das diferenças entre as gerações, há mais coisas que nos aproximam do que nos distanciam. As estratégias do passado são renovadas no presente, mas nunca podemos perder de vista a ligação histórica que nos fizeram chegar até aqui da forma como chegamos.

MONÓLOGO SOBRE UM LABORATÓRIO DE TRAVESTIS A CÉU LIVRE

Transcrição de depoimentos de Keila Simpson.

A Praça Pedro Segundo, em Teresina era, e ainda hoje é, um espaço muito frequentado pela comunidade LGBTQIA+. Lá nos anos oitenta, oitenta e três ela me dava a dimensão exata da minha liberdade: era só esse espaço, era só a dimensão dessa praça. Eu já tinha em casa. Liberdade. Mas naquela praça eu acabei experimentando mais, porque ali tinham pessoas como eu.

Tinha muitas pessoas nessa praça. Era uma praça que tinha um cinema. Tinha um Teatro, o 4 de setembro, que também fica na mesma praça. Era muito frequentado. Então, o pessoal ia para o cinema, ia pro teatro, e a praça ficava mesmo na frente desses dois espaços. Era uma praça só, que tinha esses dois espaços públicos. Tinha uma banca de revista, tinha uma farmácia na esquina, que ficava aberta também. Então, era uma praça de trânsito comum.

Mas um casal de um homem e de uma mulher, quando chegava, a gente se aproximava e começava a falar de práticas sexuais, mas aquela prática mais... escrachada possível. A gente conversando, o casal se beijando ali, namorando na praça, e a gente conversando ao lado deles. Eles se incomodavam tanto que acabavam saindo da praça. Acho que aquilo, mesmo no nosso subconsciente estava dizendo: 'Esse reduto é nosso. Esse reduto não é dessas pessoas aqui'. Então, a gente vai acabar fazendo com que elas se afastem.

Não tinha essa violência que temos hoje. Não tínhamos, de fato. A gente ficava a noite toda na rua, andando pra cima e para baixo. Era nessa praça onde se encontravam todas as pessoas daquele período, que estavam começando a viver esse mundo, viver nosso desejo afetivo. E foi também nessa praça, que eu pela primeira vez consegui fazer um programa. Essa praça tinha tudo isso, a dimensão exata da minha liberdade.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Frederico Levi. Gestos Performativos como atos de resistência: corpos-monstro na cena contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

COACCI, Thiago. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CONJUR. STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial/>. Acesso em 03 de ago. de 2024.

EPAMINONDAS, Natalia. JUNIOR, Paulo de Oliveira Rodrigues. Notas para queerizar os estudos sobre modas não binárias. REAMD, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 01-20, jun, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/23546>. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

FABBRINI, Ricardo Nascimento. A arte depois das vanguardas: utopia e heterotopia com Ricardo Nascimento Fabbrini. Sesc São Paulo, 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=mIqKM6LMF5k>. Acesso em 3 de ago. de 2024.

FOUCAULT, Michel. O Corpo utópico, as Heterotopias. São Paulo, N-1 edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. Em: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro, Forense universitária, p. 411-422, 1984.

GLISSANT, Edouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2005.

GOULART, Gilson; SIMPSON, Keila. Atentado violento ao pudor. 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5IzI&t=1446s>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

HABIB, Ian Guimarães. Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena. São Paulo, Ed. Hucitec, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas, Cadernos Pagu, 1995.

KENNEDY, Rafaela. RIBEIRO, Bruno Nzinga. Alegria negra é guerreira: o dia que a Unicamp aprovou as cotas. São Paulo, Cadernos de Campo (USP), vol. 31, n. 2, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/203641>. Acesso em 30 de jul. de 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. Pedagogias da travestilidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2022.

PUDOR, Atentado Violento ao. Gilson Goulard e Keila Simpson. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5IzI&t=1445s>. Acesso em: 04 de ago. de 2024.

SANTOS, Raquel da Silva. Cartilha nacional de serviços públicos de saúde para a pessoa trans: rede de serviços ambulatoriais e hospitalares especializados. Itabuna, Universidade Federal do Sul da

Bahia (UFSB), 2021.

STENGERS, Isabelle. 'Outra Ciência é possível!' Um apelo à Slow Science. Cadernos do Ateliê. Vol.1, n.5, fascículo 1, 2019.

UNICAMP. Audiência pública para discussão a implantação de cotas para pessoas transgênero no Vestibular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hm6l4UzfzfaI>. Acesso em 02 de novembro de 2024.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador, 2015.

WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas del conocimiento, el campo académico y el movimiento indígena ecuatoriano. Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales, 2001.

VALENÇA, Jurandir. Vicenta Perrotta: Ativismo, moda e autonomia 'trans'. Revista Continente, 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/247/vicenta-perrotta--ativismo--moda-e-autonomia-rtransr>. Acesso em: 03 de ago. de 2024.

Antonia do Nascimento Moreira

Mestranda em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: antoniamoreira@usp.br.